



CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA DA COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO
DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN

Ano Base: 2020



Brasília
2021



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
2.1 Interesse público subjacente às atividades Empresariais:	5
2.2 Políticas Públicas e Principais Atividades Desenvolvidas:	5
Missão	9
Visão.....	9
Valores	9
2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam os objetivos de políticas públicas:.....	9
2.4 Recursos para custeio das políticas públicas:	11
2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:	12
2.6 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	12
2.7 Políticas e práticas de governança corporativa	21
2.8 Estruturas de controle interno, integridade e conformidade e Gerenciamento de Riscos:	24
2.9 Diretrizes de remuneração:	26
2.10 Descrição da composição e da remuneração da administração	26
2.11 Comentários dos administradores:.....	27



1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em observância aos artigos 8º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e artigo 40 da Lei Distrital nº 5.695, de 02 de agosto de 2016, e ao Decreto Distrital nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada subscrevem a presente Carta de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), referente ao exercício de 2020.

CNPJ	00.046.060/0001-45
Sede	Brasília/Distrito Federal
Tipo de Estatal	Empresa Pública
Acionista Controlador	Governo do Distrito Federal
Tipo Societário	Sociedade Anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de Atuação	Local, regional e nacional
Sector de Atuação	Administração pública em geral; Regulação das atividades econômicas
Diretoria Colegiada	
Presidência	JEANSLEY LIMA
Diretoria Administrativa e Financeira – DIRAF	JULIANA DIAS GUERRA NELSON FERREIRA CRUZ
Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – DIEPS	CLARISSA JANS SCHLABITZ
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS	DAIENNE AMARAL MACHADO
Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais – DEURA	RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS



Conselheiros de Administração	✓ EDUARDO AMARAL SILVEIRA: PRESIDENTE: PRESIDENTE – CPF: 069.064.798-06 ✓ JEANSLEY CHARLES DE LIMA – CPF: 852.352.881-49 ✓ JOÃO CARLOS DAS NEVES BACELLAR – CPF: 266.565.581-00, DESLIGADO em 25.09.2020 ✓ HAMILTON TADEU DE CASTRO – CPF: 373.486.551-49 ✓ ALBA LEITE NUNES LIMA – CPF: 565.121.711-87 ✓ ISRAEL LOPES ARAÚJO SOUSA – CPF: 023.466.683-89 ✓ HIUANY STEPHANY PEREIRA MOTA – CPF: 049.124.401-08 ✓ LUCENIR RODRIGUES – CPF: 231.483.061-04
Administradores subscritores da Carta de Políticas Públicas	Conselho de Administração
Administradores subscritores da Carta de Governança Corporativa	Diretoria Colegiada

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei Federal nº 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, e a Lei Distrital nº 5.695/16, artigo 40, inciso I, determinam *“a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela Empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.”*.

Desse modo, em observância ao referido dispositivo legal, combinado os incisos III e VIII, do referido artigo da citada lei, e a Lei Distrital nº 5.695/16, artigo 40, incisos III e VIII, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração da Codeplan subscrevem a presente Carta de Políticas Públicas e Governança Corporativa, relativa ao exercício de 2020, com o objetivo de consolidar *“informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”*.



2.1 Interesse público subjacente às atividades Empresariais:

Criada em 1964, pela Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, inicialmente com a denominação de Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, a Codeplan iniciou suas atividades em 05 de dezembro de 1966 e manteve essa denominação até 02 de março de 2007, quando passou a intitular-se Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

Primeiramente dedicada à produção e tratamento de informação de natureza socioeconômica, em 1979 agregou às suas funções atividades na área de processamento de dados para o Governo do Distrito Federal, com a inauguração de seu Centro de Processamento de Dados. Em 1999, no bojo da reforma administrativa empreendida pelo GDF, passou a atuar mais especificamente na área da tecnologia da informação, ocasião em que abandonou e/ou secundarizou suas atividades típicas de pesquisa e estudos socioeconômicos.

Em 2007, iniciou o processo de retorno às suas atividades originais e em 2011 iniciou sua reestruturação por meio do retorno de seus técnicos que haviam sido cedidos a diversos órgãos do DF, da retomada de projetos relevantes como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF), em parceria com o DIEESE, e da melhoria de vários projetos já implantados como a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF), realizada nas 31 Regiões Administrativas do DF. Tem implementado novos projetos, como a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) e outros. Reforçou sua missão de pensar as questões voltadas ao Distrito Federal e área de influência, criando fóruns de debates e lançando publicações relacionadas ao tema, produzindo e disseminando informações, estudos e análises do Distrito Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE à sociedade e ao governo.

2.2 Políticas Públicas e Principais Atividades Desenvolvidas:

O ano de 2020 apresentou-se de forma absolutamente atípica face o surgimento da COVID-19. Tal situação representou um desafio para todos os governos do planeta.



Nesse cenário adverso, a CODEPLAN realizou seu papel Institucional de maneira responsável e ética, desenvolvendo, em tempo recorde, a metodologia de análise de contágio da COVID e sua taxa de projeção, avaliando as consequências sobre o sistema de saúde e a economia local, georreferenciando os casos. O Boletim COVID, publicado, periodicamente, pela Companhia serviu para subsidiar o Governo do Distrito Federal na tomada de decisões sobre essa importante questão.

Não obstante às dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia, a Codeplan desenvolveu suas atividades a contento e realizou 40 estudos e pesquisas de natureza Socioeconômicas, 07 de Políticas Sociais, e 19 de natureza Urbano e Ambientais, além de atividades voltadas à atualização e evolução da Plataforma e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas – SIEDF, bem como Estudos, Análises, Avaliações e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas do DF e Entrono, cujo detalhamento consta no Relatório de Atividades – RAT, documento nº 53342467, do processo SEI nº 00121-00000075/2021-84.

No período em tela, a instituição intensificou seus canais de comunicação, marcando presença nas redes sociais, por meio do Facebook e Twitter e no Instagram, o que aumentou consideravelmente o acesso ao seu site institucional, consequentemente, a todos os trabalhos ali publicados.

Conforme exposto a seguir, as principais atividades desenvolvidas pela Codeplan contribuem direta ou indiretamente na formulação e monitoramento das Políticas Públicas do Distrito Federal. As informações produzidas e disponibilizadas pela Companhia subsidiam tanto o planejamento de novas políticas e ações, quanto a avaliação dos resultados de práticas governamentais. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal atua principalmente nas áreas temáticas: (I) Estudos e Pesquisas Socioeconômicas; (II) Estudos e Pesquisas Sociais; (III) Estudos Urbanos e Ambientais. Conforme o Plano Plurianual de Atividades (PPA), a Empresa realizou os seguintes estudos, análises e pesquisas nas áreas temáticas citadas:



Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – 2020	
1.	Informes Econômicos Mensais
2.	Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2018 — PIB/DF construção do PIB anual do DF em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3.	Boletim de Conjuntura do Distrito Federal
4.	Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon
5.	Boletim de Acompanhamento do IPCA e do INPC do Distrito Federal
6.	Avaliação da correlação do IPCA e do INPC
7.	Construção do IPCA por faixas de renda do Distrito Federal
8.	Medidas anticíclicas de manutenção da renda dos Governos Federal e Distrital
9.	Plano de trabalho para construção do Mapa do Comércio do DF
10.	Plano de Trabalho para construção de Indicadores Antecedentes
11.	Boletins Codeplan COVID – 19
12.	Pesquisa 156 W3 Sul
13.	Apresentação do PIB da RIDE – DF 2018
14.	Pesquisa 156 Carnaval 2020
15.	Análise Orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Social
16.	- Avaliação do Programa Fábrica Social
17.	- Cálculo do Índice de Gini pelo Censo 2010
18.	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD
19.	Pesquisa 156 SLU - Coleta Seletiva
20.	Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED/DF
21.	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios — PDAD/DF
22.	Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios — PMAD/DF
23.	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios da Área Rural
24.	Observatório da Mulher
25.	Painel covid - 19
26.	Pesquisa de Checagem da PMAD/DF
27.	Criação de Mapas/Estudos Espacial
28.	Projeção Covid-19 - técnica SIRO.
29.	Projeção Covid-19 - técnica SER.
30.	30. Taxa de Reprodução do Covid-19 — técnica SEIR
31.	Identificação das Novas Localidades e Poligonais na PDAD 2018
32.	Definição dos novos grupos de renda da PED/DF
33.	Atualização - Brasília Metropolitana
34.	Estimativas populacionais totais e de 14 anos e mais de cada um dos Grupos de Regiões Administrativas para 2000 e 2010 PED
35.	Projeto W 3 — Asa Sul
36.	Estudo sobre Arapoanga
37.	Estudo sobre SCIA/Estrutura!
38.	Projetos Perfil socioeconômico dos carroceiros no Distrito Federal
39.	W 3 Sul — Pesquisa Domiciliar e Comercial
40.	Anuário Estatístico



Estudos e Análises de Políticas Sociais – 2020	
1.	Portifólio
2.	Publicações de Estudos
3.	Produto de Infográficos
4.	Boletim Codeplan e levantamentos de ações estaduais e municipais
5.	Execução de pesquisas de interesses das Secretarias do GDF
Ações desenvolvidas em 2020:	
- Estudo sobre gravidez na adolescência no DF – 90%;	
- Estudo sobre ISTs no DF – 75%;	
- Estudo sobre perfil dos estudantes em escolas de gestão compartilhada – 50%;	
- Estudo sobre demandas por vagas na educação infantil – 70%;	
- Pesquisa sobre perfil dos profissionais do sistema socioeducativo do DF – 90%;	
- Pesquisa sobre perfil e trajetória dos socioeducandos no DF – 20%;	
- Pesquisa sobre empregabilidade e pessoas com deficiência no DF – 10%;	
- Elaboração de Índice de Vulnerabilidade Social do DF – 90%	
6.	Atlas do Distrito Federal
7.	Rede de Governança Metropolitana

Estudos e Pesquisas Urbano e Ambientais – 2020	
1.	Mobilidade Urbana
2.	Observatório Cruis: Boas Práticas Urbanas e Ambientais
3.	Saneamento Ambiental e sustentabilidade
4.	Elaboração de estudos técnicos sobre sustentabilidade e a situação do saneamento básico no Distrito Federal, abordando os desafios e conquistas realizadas;
5.	Estudo "Panorama das Águas no Distrito Federal";
6.	Publicação para a CEPAL - "O fechamento do Lixão da Estrutural e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia formal de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal".
7.	Pesquisas Primárias
8.	Planejamento Territorial
9.	Pesquisas Primárias
10.	Planejamento Territorial
11.	Estudos sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília
12.	Game do circuito turístico do DF
13.	Pesquisas Primárias
14.	Planejamento Territorial
15.	Estudos sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília
16.	Game do circuito turístico do DF
17.	Desenvolvimento de plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas - SIEDF
18.	Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - INFODF/SIEDF
19.	Produção de Infográficos. Boletim Codeplan e levantamentos de ações estaduais e municipais



A Empresa segue as diretrizes de seu Planejamento Estratégico, pautando-se em seu propósito fundamental, sua visão de futuro e em seus princípios elementares, a saber:

Missão

Gerar conhecimento e inovação para aprimorar as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e melhorar as condições de vida da população.

Visão

Ser reconhecida como instituição de excelência na produção de estudos, estatísticas e pesquisas sobre políticas públicas do Distrito Federal e RIDE-DF até 2023.

Valores

Valorização dos empregados; Transparência, ética e imparcialidade na elaboração de estudos; Interdisciplinaridade na produção de conhecimento; Estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento; Parceria com órgãos governamentais e não governamentais; Diálogo com o cidadão.

2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam os objetivos de políticas públicas:

A exposição a incertezas é um fato comum na gestão de uma empresa e que pode ser adequadamente trabalhada, a fim de evitar surpresas e perdas. Com antecipação adequada, a mitigação a possíveis impactos negativos pode reduzir ou ainda impedir a elevação de custos operacionais. O alinhamento das metas, planos e estratégias à forma assertiva na condução dessas incertezas, garantirá à Codeplan fortalecer-se no cumprimento de seus objetivos, missão e valores, pauta principal no contexto da gestão de riscos como um todo.



Os principais riscos e oportunidades estratégicos da empresa foram mapeados durante a elaboração de sua agenda estratégica para o período de 2020/2025. A Agenda Estratégica se apresenta como um instrumento de garantia de continuidade no direcionamento de ações de uma empresa pública. Nesse sentido, a Agenda Estratégica CODEPLAN 2020-2025 identificou os maiores riscos e oportunidades percebidos no cenário atual e buscou projetar, nos anos vindouros, projetos estratégicos que respondam a esses desafios. Por óbvio, não é possível prever como serão os próximos anos em todos os seus aspectos, mas é possível, por meio da agenda estratégica, se preparar para responder de maneira eficiente a essas mudanças.

O objetivo estratégico da atual gestão é o de criar as condições para a transformação da Codeplan em uma *think tank* governamental, contribuindo para a inovação da gestão e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Distrito Federal por meio da produção de conhecimento e estatísticas e da sistematização e disseminação de dados e informações. Dessa forma, a Codeplan se insere no Plano de Governo do GDF, que se compromete a inovar o processo de gestão pública no Distrito Federal - DF.

Das metodologias utilizadas para assegurar a implantação do Plano, e o monitoramento das ações, programas e projetos, destacam-se a Análise de SWOT, *Balanced Scorecard* – BSC, PES – Planejamento Estratégico Situacional, o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK).

Ao estabelecer os objetivos e elencar iniciativas para minimizar os riscos e explorar as oportunidades, a Diretoria Colegiada apontou qual o tratamento considerou o mais adequado para cada um dos itens levantados no diagnóstico. Essas definições forneceram subsídios para o Planejamento Orçamentário, para o estabelecimento de projetos estratégicos, à curto e longo prazo, e também para a Análise de Riscos Corporativos. O Planejamento Estratégico da CODEPLAN está intimamente relacionado ao Plano Plurianual 2020-2023 do Distrito Federal e ao Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060.



Sua sazonalidade – a elaboração a cada quatro anos – não impede que seja alterado em pontos específicos conforme mudanças no cenário administrativo político do Distrito Federal, transformando-o, juntamente à Agenda Estratégica 2020-2025 e ao Plano de Negócios 2021 um instrumento de continuidade para a efetivação da Missão Institucional da Codeplan.

Quadro Estratégico CODEPLAN 2020-2023



2.4 Recursos para custeio das políticas públicas:

A Codeplan é uma Empresa pública de direito privado. Presta serviços de interesse social, por meio da realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, urbano e ambientais e de análise de políticas públicas. Para desenvolver tais competências estatutárias, a Companhia mantém-se, exclusivamente, com recursos originários do Tesouro Distrital. Registra-se que tal condição de total dependência financeira, ocorreu a partir da retirada das suas atividades de prestação de serviços de Tecnologia da Informação ao Governo do Distrito Federal, única fonte de receita própria da Empresa.



2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

Inobstante às dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia, no exercício de 2020, a Codeplan desenvolveu suas atividades a contento conforme relatado no item 2 da presente Carta.

Os indicadores de resultados decorrentes das atividades voltadas às políticas públicas, as quais objetivamente justificam à decisão de investimentos, originam-se das diversas referências aos trabalhos da Codeplan nas ações realizadas por vários órgãos do GDF, principais demandantes das informações disponibilizadas pela Companhia e superaram o índice desejado, conforme disposto no quadro a seguir.

INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO													
INDICADOR	Unidade	Indicadores Mais Recentes	Apurado	Período	Desejo 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejo 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejo 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejo 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
10431 - Percentual de Políticas Públicas Avaliadas e Publicadas	Percentual		01/01/2001	ANUAL	100,00	100,00	100,00		100,00		100,00		Diretoria De Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – DIPOS - CODEPLAN
JUSTIFICATIVA: 2020 - Das demandas solicitadas para CODEPLAN todas as análises foram realizadas dentro do prazo esperado.													
10451 - Quantidade de Estudos e Pesquisas Produzidos e Publicados	Unidade	69,00	01/12/2018	ANUAL	69,00	148,00	138,00		207,00		276,00		CODEPLAN/Diretorias Finalísticas (DIEPS, DEURA E DIPOS)
JUSTIFICATIVA: 2020 - Apesar da Pandemia o índice desejado foi superado em 114,50% especialmente aos dados da COVID-19.													

Para realização de suas atividades a Codeplan contou em 2020 com uma força de trabalho composta por 382 empregados do quadro efetivo, 53 cargos em comissão, 30 estagiários, 4 Diretoras e 1 Presidente, totalizando 470 pessoas. Destas, 222 já são aposentados pelo INSS.

2.6 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O modelo orçamentário utilizado pela gestão pública brasileira é definido na Constituição Federal de 1988. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei



de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A Codeplan, como Empresa pública integrante da administração indireta do DF, está inserida nesse modelo.

Os indicadores de resultados decorrentes das atividades voltadas às políticas públicas, as quais objetivamente justificam a decisão de investimentos, originam-se das diversas referências aos trabalhos da Codeplan nas ações realizadas por vários órgãos do GDF, principais demandantes das informações disponibilizadas pela Companhia e superaram o índice desejado, conforme disposto no quadro a seguir.

INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO													
INDICADOR	Unidade	Indicadores Mais Recentes	Apurado	Período	Desejo 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejo 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejo 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejo 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
10431 - Percentual de Políticas Públicas Avaliadas e Publicadas	Percentual		01/01/2001	ANUAL	100,00	100,00	100,00		100,00		100,00		Diretoria De Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – DIPOS - CODEPLAN
JUSTIFICATIVA: 2020 - Das demandas solicitadas para CODEPLAN todas as análises foram realizadas dentro do prazo esperado.													
10451 - Quantidade de Estudos e Pesquisas Produzidos e Publicados	Unidade	69,00	01/12/2018	ANUAL	69,00	148,00	138,00		207,00		276,00		CODEPLAN/Diretorias Finalísticas (DIEPS, DEURA E DIPOS)
JUSTIFICATIVA: 2020 - Apesar da Pandemia o índice desejado foi superado em 114,50% especialmente aos dados da COVID-19.													

Os quadros abaixo apresentam informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo/DF, quanto à execução orçamentária e financeira das despesas liquidadas pela empresa. Como a programação orçamentária é organizada em um conjunto de códigos denominado “Programas de Trabalho”, os dados a seguir estão classificados por Programa e Ação:



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS				
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADA
2912 - Estudos E Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais	638.469,00	2.770.029,21	2.506.878,92	1.793.201,07
0001 - Estudos E Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF - Entorno	57.469,00	2.620.029,21	2.405.737,42	1.793.201,07
0002 - Realização De Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas E Ambientais do DF	131.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - Realização de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas? DF - Entorno	150.000,00	150.000,00	101.141,50	0,00
0004 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF e Entorno	300.000,00	0,00	0,00	0,00
3069 - Desenvolvimento de Plataformas e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEDF	2.000,00	1.250,00	0,00	0,00
0003 - Desenvolvimento de Plataformas e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas - DF	2.000,00	1.250,00	0,00	0,00
4105 - Estudos, Análises, Avaliação E Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas	2.000,00	1.250,00	0,00	0,00
0001 - Estudos, Análises, Avaliação E Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas - DF - Entorno	2.000,00	1.250,00	0,00	0,00
Total - 6203 Gestão para Resultados	642.469,00	2.772.529,21	2.506.878,92	1.793.201,07



6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6201 - Realização de Estudos e Pesquisas em Prol do Desenvolvimento do DF	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - Desenvolvimento Econômico	100.000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS				
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	570.000,00	0,00	0,00	0,00
6202 - Realização de Estudos e Pesquisas Sobre População em Situação de Rua	570.000,00	0,00	0,00	0,00
Total - 6211 - Direitos Humanos	570.000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL				
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - Execução De Sentenças Judiciais	2.301.000,00	1.624.248,97	438.010,43	438.010,43
0019 - Execução de Sentenças Judiciais - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	2.301.000,00	1.624.248,97	438.010,43	438.010,43
9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal	6.707.125,00	6.027.650,93	5.921.514,03	5.921.514,03
0045 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	6.707.125,00	6.027.650,93	5.921.514,03	5.921.514,03
9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	8.000,00	5.000,00	0,00	0,00
0017 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Plano Piloto	8.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Total - 0001 - Programa para Operação Especial	9.016.125,00	7.656.899,90	6.359.524,46	6.359.524,46



8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO				
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - Modernização De Sistema De Informação	1.000,00	50.625,00	29.750,00	29.750,00
0044 - Modernização de Sistema de Informação - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	1.000,00	50.625,00	29.750,00	29.750,00
2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas	200.000,00	132.500,00	40.303,76	36.119,96
0033 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	200.000,00	132.500,00	40.303,76	36.119,96
2422 - Concessão de Bolsa Estágio	164.102,00	481.826,25	264.801,73	234.062,45
0007 - Concessão de Bolsa Estágio - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	164.102,00	481.826,25	264.801,73	234.062,45
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	300.000,00	300.000,00	299.998,44	299.998,44
0043 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Informação - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	300.000,00	300.000,00	299.998,44	299.998,44
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	1.000,00	625,00	0,00	0,00
0035 - Reforma de Próprios e Prédios - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	1.000,00	625,00	0,00	0,00
8502 - Administração de Pessoal	102.600.000,00	98.138.469,72	97.351.742,00	95.835.667,87
0042 - Administração de Pessoal - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	102.600.000,00	98.138.469,72	97.351.742,00	95.835.667,87
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	11.277.788,00	11.242.452,65	10.492.294,29	10.106.123,23
0039 - Concessão de Benefícios a Servidores - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	11.277.788,00	11.242.452,65	10.492.294,29	10.106.123,23
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.784.743,00	3.249.175,37	2.872.220,22	2.749.274,53
0104 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Companhia de Planejamento Do DF - Plano Piloto	3.784.743,00	3.249.175,37	2.872.220,22	2.749.274,53
4088 - Capacitação de Servidores	60.000,00	30.500,00	0,00	0,00
0033 - Capacitação de Servidores - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	60.000,00	30.500,00	0,00	0,00
8505 - Publicidade e Propaganda	60.000,00	39.750,00	19.310,00	16.680,00
0029 - Publicidade e Propaganda Institucional - Companhia de Planejamento do DF - Plano Piloto	60.000,00	39.750,00	19.310,00	16.680,00
Total - 8203 - Gestão para Resultados - Gestão e Manutenção	118.448.633,00	113.665.923,99	111.370.420,44	109.307.676,48



A Codeplan é uma empresa pública de direito privado. Presta serviços de interesse social, por meio da realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, urbano e ambientais e de análise de políticas públicas. Para desenvolver tais competências estatutárias a Companhia mantém-se, exclusivamente, com recursos originários do Tesouro Distrital. Registra-se que tal condição de total dependência financeira, ocorreu a partir da retirada das suas atividades de prestação de serviços de Tecnologia da Informação ao Governo do Distrito Federal, única fonte de receita própria que a Empresa detinha.

A Lei Orçamentária Anual nº 6.482, de 09 de janeiro de 2020 – Estimou a Receita e fixou a Despesa para o Distrito Federal, exercício 2020, destinou, inicialmente, dotação orçamentária para a Companhia na importância de R\$ 128.777.227,00, que em virtude de alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2020, resultaram em despesas autorizadas no montante de R\$ 126.150.740,00 (cento e vinte e seis milhões, cento e cinquenta mil setecentos e quarenta reais), conforme quadro demonstrativo:

Demonstrativo das alterações orçamentárias – EXERCÍCIO 2020

Rubrica	Tesouro	Outras Fontes	Total
Dotação Inicial	128.777.227,00	0,00	128.777.227,00
Acréscimo/Redução/Bloqueio	-3.375.044,00	748.557,00	-2.626.487,00
(+) Dotação Suplementar	10.746.956,00	748.557,00	11.495.513,00
Crédito Adicional – Suplementar	10.746.956,00	0,00	10.746.956,00
Excesso de Arrecadação	0,00	748.557,00	748.557,00
(-) Cancelamentos/Bloqueios	14.122.000,00	0,00	14.122.000,00
Dotação p/ crédito suplementar	13.522.000,00	0,00	13.522.000,00
Dotação p/ crédito especial	600.000,00	0,00	600.000,00
Bloqueios	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO AUTORIZADA	125.402.183,00	748.557,00	126.150.740,00

A Codeplan realizou despesas no montante de R\$ 120.236.823,82 (cento e vinte milhões, duzentos e trinta e seis mil oitocentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos), o que corresponde a execução de 95,31% da despesa autorizada para o exercício de 2020.



Comparativo da despesa autorizada x despesa realizada

Categorias Econômicas	Autorizada	Realizada	% Realização
3 - Despesas Correntes	126.060.740,00	120.179.456,22	95,33
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.651.125,00	103.711.266,46	97,24
3 - Outras Despesas Correntes	19.409.615,00	16.468.189,76	84,85
4 - Despesas de Capital	90.000,00	57.367,60	63,74
4 - Investimentos	90.000,00	57.637,60	63,74
TOTAL	126.150.740,00	120.236.823,82	95,31

Ao compararmos a variação percentual da despesa executada no exercício em exame, em relação ao anterior, fica evidenciada uma redução da despesa na ordem de 1,89% de 2019 para 2020, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Evolução da despesa realizada 2019/2020

Categorias Econômicas	2019	2020	%
3 - Despesas Correntes	119.007.400,97	117.403.034,41	
1 - Pessoal e encargos sociais	104.668.450,89	102.195.192,33	
Despesas Realizadas	104.668.450,89	102.195.192,33	
3 - Outras despesas correntes	14.338.950,08	15.207.842,08	
Despesas Realizadas	14.338.950,08	15.207.842,09	
Despesas de Capital	689.583,20	57.367,60	
Investimentos	689.583,20	57.367,60	
Total das Despesas Realizadas	119.696.984,17	117.460.402,01	
Valores em liquidação	0,00	2.085.619,09	
Restos a pagar não processados	2.858.669,92	690.802,73	
TOTAL	122.555.654,09	120.236.823,82	-1,89

Uma vez que a Codeplan já não mais desenvolve atividade econômica ou prestação de serviços remunerada (desde quando deixou de prestar serviços na área da tecnologia da informação), não há que se falar em receitas próprias. Os recursos que viabilizam o funcionamento da empresa são advindos de Subvenções do Governo do Distrito Federal e de receitas de aplicações financeiras. O quadro abaixo demonstra os valores repassados pelo GDF nos dois últimos exercícios.



Repasses do Governo do Distrito Federal à Codeplan

Fonte	Categoria de Gastos	Destinação	Exercício Anterior	Exercício Atual
100	1	Pessoal e Encargos Sociais	104.668.450,89	102.195.192,33
100	3	Outras Despesas Correntes	14.338.950,08	14.650.998,84
100	4	Investimentos	294.918,00	57.367,60
335	4	Investimentos	394.665,20	0,00
TOTAL			119.696.984,17	116.903.558,77

No que tange à variação patrimonial, que reflete as alterações resultantes e independentes da execução orçamentária, tem-se que durante o exercício financeiro de 2020, o total das variações patrimoniais diminutivas da Companhia foram superiores as variações patrimoniais aumentativas, apresentando um déficit (prejuízo), no valor de R\$ 6.630.201,94 (seis milhões, seiscentos e trinta mil duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.



Demonstração da Variação Patrimonial

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	2019	2020
Remuneração de Depósitos Bancários	0,25	4.388,37
Transferências Intragovernamentais (Repasse Recebido)	119.696.984,17	116.896.236,77
Recursos para restos a pagar não processados	2.858.669,92	0,00
Transferências recebidas (independente de execução orçamentária)	461.509,09	269.368,23
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.915.949,67	2.490.169,66
Total - VPA	128.933.113,10	119.660.163,03
Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	2019	2020
Pessoal e Encargos sociais	110.305.549,09	109.685.696,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.623,56	51.258,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.575.835,95	15.637.337,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.012,41	0,00
Transferências Intragovernamentais - INTRA OFSS	690.845,96	616.834,09
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00	10.740,15
Tributárias	81.783,59	76.368,91
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.838.910,75	212.130,13
Total – VPD	135.547.561,31	126.290.364,97
Resultado Patrimonial (Prejuízo)	- 6.614.448,21	- 6.630.201,94

Devido à esta total dependência da empresa ao Tesouro Distrital, o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, desde 2004, tem recomendado quanto à necessidade de se revisar o modelo institucional da empresa, por meio da alteração de sua natureza jurídica.

Desta forma, como o papel que a Codeplan vem desempenhando no contexto governamental é similar ao de autarquias ou fundações públicas federais, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há alguns anos, vem sendo estudada a possibilidade de se alterar a natureza jurídica da empresa.

A gestão atual, ao perceber a importância desta transformação, enviou à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 2019, Projeto de Lei nº 809, que objetiva alterar o modelo institucional da Companhia (Empresa Pública - pessoa jurídica de direito privado), por meio da



criação do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF, sob a forma de autarquia (pessoa jurídica de direito público), com o objetivo de promover e disseminar informações sociais, econômicas, cartográficas, demográficas, georreferenciadas, geográficas, urbanas, rurais, regionais e ambientais para o Estado e realizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas por esse governo.

Com esta alteração, a Codeplan poderá avançar na otimização dos recursos públicos que utiliza, uma vez que a renovação dos servidores se dará por meio do regime estatutário, o que minimizará os gastos com pessoal e encargos sociais, além de contribuir para a diminuição do volume de ações trabalhistas, ao longo do tempo. Há o planejamento de se adotar estas medidas, a fim de se minimizar dispêndios sem, contudo, perder em produtividade e excelência

2.7 Políticas e práticas de governança corporativa

Integram a Administração Superior da Codeplan a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada. Mecanismos que ampliem a transparência e governança destes órgãos colegiados vêm sendo adotados pela Empresa. Entretanto, há que se observar que nem todas as exigências da Lei Federal nº 13.303/16, no que tange a esse aspecto aplicam-se à Codeplan. Segundo o Parecer nº 897/2017 - PRCON/PGDF,

"No caso do regime societário, há uma aplicação apenas parcial da lei se a Empresa pública e a sociedade de economia mista tiverem, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), doravante denominadas Empresas estatais de menor porte, caso em que se encontra a NOVACAP.

Neste último caso, então, não se aplicam as regras sobre administração, controlador, conselhos e comitês, mas se aplicam apenas os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27. Deu-se ao poder público o direito de criar regras de



governança para tais Empresas. O Distrito Federal editou regras específicas para a governança das Empresas estatais de menor porte por meio do Decreto 37.767/2017, também aplicável ao âmbito das Empresas estatais do Distrito Federal.

Assim, a aplicação do regime societário para as Empresas estatais de menor porte se dará pela conjugação dos dispositivos aplicáveis por força da Lei nº 13.303/2016 com os dispositivos do decreto distrital 37.767/2017.

...

Com a Lei nº 13.303/2016, o comitê de auditoria estatutária tem reforçada sua função e imposta sua previsão estatutária para as sociedades de grande porte. Para as estatais de menor porte, sua criação é facultativa. No caso do Distrito Federal, o Decreto nº 37.967/2017 (art. 5º, III) manteve o critério da facultatividade para as estatais de menor porte, cuja conveniência e oportunidade deverá ser analisada pela administração superior do Distrito Federal.

...

O comitê de elegibilidade é responsável pela verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. No Distrito Federal, tal órgão será obrigatório apenas para as estatais de maior porte, sendo facultativo nas estatais de menor porte (Decreto 37.967/2017 - art. 4º, II)."

Não obstante, ainda que a Codeplan não tenha estabelecido um Comitê de Auditoria e um Comitê de Elegibilidade devido ao seu pequeno porte, várias outras ações foram adotadas a fim de se viabilizar uma administração com boas práticas de governança corporativa.

Em atendimento aos dispositivos da Lei das Estatais e regulamentações pertinentes, foi estabelecido nos artigos 6º e 7º de seu Estatuto Social a área de Conformidade e Gestão de



Riscos, além de um setor de Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração, como órgão de apoio, conforme estrutura organizacional definida no art. 13 no Estatuto Social de 2018.

No que diz respeito à instituição formal de um Programa de Integridade, foram editadas as Resoluções: nº 72/2018, de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e nº 70/2018, de 26 de junho de 2018, que dispõe sobre o Código de Conduta e Integridade, com mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código e definição das orientações em casos concretos, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração, e amplamente divulgadas a seus empregados, dirigentes e colaboradores. Também foi disponibilizado Canal de Denúncia.

Destacam-se, ainda, as Políticas de Distribuição de Dividendos, de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes, bem como a de Transações com Partes Relacionadas, a fim de evitar e advertir sobre a ocorrências eventuais conflitos de interesses, preservando sua imagem corporativa e fortalecendo suas unidades internas.

Com o apoio da Assessoria de Comunicação, unidade diretamente vinculada à Presidência, a instituição ampliou seus canais de comunicação interna e externa, em 2019/2020, marcando presença nas redes sociais, por meio do Facebook, Twitter e Instagram, o que aumentou consideravelmente o acesso ao seu site institucional, consequentemente, a todos os trabalhos ali publicados, possibilitando maior proximidade dos órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal e da sociedade com a Companhia.

As nomeações de membros da Diretoria, bem como dos Conselhos Fiscal e de Administração são precedidas de análise técnica e individualizada seguindo os ditames das regras da Lei Federal nº 13.303/16.

Da mesma forma, está planejada a elaboração de um “Programa de Boas Práticas de Governança Corporativa” que reunirá todos os documentos, diretrizes e regras que orientarão o



funcionamento da administração superior, conforme Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

2.8 Estruturas de controle interno, integridade e conformidade e Gerenciamento de Riscos:

A estrutura de controle interno da Companhia é formada pela Controladoria, Ouvidoria e pelas áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos. Há ainda o Conselho Fiscal, órgão colegiado de Administração Superior, responsável por acompanhar e fiscalizar a gestão orçamentária e financeira da empresa. Organizados desta forma, cada área/órgão possui atribuições específicas, contudo integradas entre si, a fim de auxiliar a empresa no alcance de seus objetivos.

As áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos foram criadas em atendimento à Lei Federal nº 13.303/16, com o propósito de oferecer suporte à consecução das exigências dispostas na referida norma e nos princípios de integridade e conformidade. Dentre as principais realizações podem ser destacadas: publicação do Código de Conduta e Integridade; da Política de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos; e a aprovação do Manual de Provisão de Contingência e do Regulamento de Licitações e Contratos, as Políticas de: Divulgação de Informações; Porta-Vozes; Distribuição de Dividendos; Transações com Partes Relacionadas. Ações de divulgação, conscientização e treinamento a respeito de princípios, práticas e conduta têm sido realizadas junto aos empregados e parceiros da empresa.

As demais áreas/órgãos de controle interno (Controladoria, Ouvidoria e Conselho Fiscal), também tiveram que revisar e agregar funções/atividades, com a finalidade de melhor contribuir para a adequação da Companhia à Lei das Estatais e demais normativos relacionados à controle interno e gerenciamento de riscos.

A Codeplan tem adotado medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos de forma corporativa, a fim de minimizar a materialização de eventos que possam vir a impactar



negativamente sua missão, seus objetivos estratégicos, e seus produtos e, por conseguinte, garantir o provimento de informações fidedignas e transparentes à sociedade. Seguindo orientações do Guia de Implantação do Programa de Integridade nas Empresas Estatais, elaborado pela Controladoria-Geral da União – CGU, a Companhia tem buscado desenvolver a estrutura integrada proposta para o Programa de Integridade.

Além da instituição das áreas de Auditoria Interna e de Conformidade e Gestão de Riscos, novas exigências também foram estabelecidas no Estatuto Social da empresa, quanto ao perfil dos membros da alta administração. Todos os atuais diretores da empresa participaram, quando da posse, dos treinamentos específicos constantes do § 4º, inciso V, art. 17, da Lei nº 13.303/16.

Em relação às ações relativas à gestão de riscos, a Companhia, em 2019, avaliou as possibilidades de incertezas quanto à integridade da Companhia e de seus empregados, e com a orientação da CGDF, constituiu, um grupo de trabalho composto por representantes de diferentes áreas da Empresa realizou um levantamento dos principais riscos e suas causas/consequências, compondo uma Matriz de Riscos de Integridade.

A segunda etapa desse trabalho será desenvolvida, com o apoio da CGDF, em 2021, com a atualização da Matriz de Riscos e Integridade. A proposta é iniciar a aplicação dos planos de ação da matriz no Núcleo de Licitação, Contratos e Convênios da Gerência de Apoio Administrativo da Diretoria Administrativa e Financeira, que servirá como área piloto onde serão levantados e acompanhados os riscos das mais diversas naturezas. A partir de então e, progressivamente, todos os demais setores da Companhia terão seus riscos mapeados e monitorados, integrando uma Matriz de Riscos globais da organização.



2.9 Diretrizes de remuneração:

Nos termos do inciso X do artigo 17 do Estatuto Social da Codeplan, a remuneração dos integrantes dos órgãos da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais contidas nos Decretos nºs 28.113 e 28.556 de 2007, Decreto nº 31.849/10 e inciso X do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal. A remuneração de administradores não sofre alterações pelo atendimento de metas ou indicadores de atuação, individuais ou coletivos.

Quanto à remuneração dos empregados, por sua vez, é fixada pelo Plano de Cargos e Salários (PCS) da Empresa, sofrendo alterações apenas quando da aplicação dos dispositivos previstos no PCS e no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na periodicidade neles indicada.

Considerando que a Empresa não desenvolve atividade econômica ou prestação de serviços remunerada, o que a torna totalmente dependente do Orçamento Geral do Distrito Federal, não há distribuição de lucros ou o pagamento de gratificações/bônus com base em resultados.

2.10 Descrição da composição e da remuneração da administração

Com lastro nos artigos 152 e 162 da Lei nº 6.404/1976, combinado com o inciso X do artigo 17 de seu Estatuto Social, a Codeplan adota, para seus Administradores e Conselheiros Fiscais, o modelo de remuneração estabelecido nos Decretos nºs 28.113/2007 e 31.849/2010. Desde então, o valor da remuneração do Presidente é de R\$ 15.174,47 (quinze mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). Os demais diretores percebem 90% (noventa por cento) da remuneração do dirigente máximo, tendo, por consequência, sua remuneração estabelecida em R\$ 13.657,02 (treze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Exceção se faz àqueles com vínculo efetivo em órgãos públicos ou na própria Codeplan, caso em que percebem 55% do valor do cargo.



Os Conselheiros, de Administração e Fiscal, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seus presidentes, percebem a importância de R\$ 2.792,10 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais e dez centavos), que corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração mensal média dos diretores.

Para fins de transparência e com fulcro no inciso III, art. 8º da Lei nº 13.303/16, a tabela com a composição e remuneração de presidentes e diretores, assim como a de conselheiros da Codeplan encontra-se disponível no site da Companhia: <http://www.codeplan.df.gov.br/remuneracao-daadministracao-superior/>

2.11 Comentários dos administradores:

Nesses 54 anos de existência a Companhia tem produzido e disseminado informações, estudos e análises sociais, econômicas, demográficas, cartográficas, urbanas, regionais e ambientais, analisando e avaliando políticas públicas para subsidiar ações do Governo do Distrito Federal em prol da sociedade.

Alinhada com seus objetivos sociais, a Companhia, além de criar fóruns de debates e lançar publicações relacionadas ao tema, produz e dissemina informações, estudos e análises do Distrito Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Ao longo de sua existência a Empresa vem buscando atuar com inovação modernização, credibilidade, ética, transparência e imparcialidade, valorizando seus empregados e colaboradores, promovendo o respeito a eficiência e a cordialidade com seus usuários; estimulando a diversidade de ideias; buscando interdisciplinaridade na produção de conhecimento; promovendo gestão dialogada, participativa e comprometida com a Instituição e com a população.



O papel institucional da Codeplan é tipicamente de interesse de Estado, cujos serviços, em sua maioria, são de utilização pelo Governo do Distrito Federal, para o estabelecimento de políticas públicas amparadas em informações concretas, atualizadas e confiáveis.

Fator determinante para a mudança institucional da Codeplan reside na dependência de recursos do Tesouro. Tal dependência comunga com a sua missão de “gerar conhecimento e inovação para aprimorar as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e melhorar as condições de vida da população”. Portanto, a Codeplan não deve atuar em ações paliativas na busca de recursos próprios. Precisa sim de apoio governamental para realizar mudanças estruturais urgentes na sua forma de constituição – natureza jurídica, tendo como modelos o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O negócio de uma empresa é o que sua missão define. Os resultados estão voltados a subsidiar o GDF para que este possa promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda e, o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável no Distrito Federal. O foco é garantir o atendimento ágil ao Governo do Distrito Federal e sociedade, promovendo conhecimento e inovação, modernização e competitividade de gestão; alcançar a autonomia financeira e administrativa, conquistando a excelência na prestação de serviços; ampliar a integração interinstitucional; aprimorar a comunicação e a imagem institucional; e, fortalecer os mecanismos de produção e disseminação de políticas públicas.

Nesse contexto, a Codeplan firma-se no âmbito do Governo do Distrito Federal como instituição de planejamento, pesquisa, análise e estudos voltados à implementação e acompanhamento de políticas públicas, ao divulgar inúmeros estudos e pesquisas, produzir boletins, informes econômicos, notas técnicas e textos para discussão, publicar dezenas de artigos nos principais jornais do país e do Distrito Federal. Para mais, realiza diversas pesquisas



de avaliação de políticas públicas e celebra parcerias e acordos de colaboração técnica com órgãos do governo distrital e outras instituições.

No exercício de 2020 a Companhia pôde estabelecer compromissos com metas e resultados mais arrojados, que ampliaram sua atuação em prol do interesse coletivo para a qual foi criada. A vasta quantidade de atividades relacionadas no item 2, principalmente nas áreas temáticas de estudos e pesquisas socioeconômicas, sociais e estudos urbanos e ambientais, contribuíram direta e/ou indiretamente na formulação e monitoramento das Políticas Públicas do Distrito Federal. As informações produzidas e disponibilizadas pela Companhia subsidiaram tanto o planejamento de novas políticas e ações, quanto a avaliação dos resultados de práticas governamentais.

Além disso, no ano em questão, a Companhia alcançou 100% do Índice de Transparência Ativa, apurado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal. Esse índice busca mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, como mecanismo de incentivo ao incremento da transparência e do controle social.

Para o ano de 2021, são apresentados novos desafios. A Agenda Estratégica CODEPLAN 2020-2025 identificou os maiores riscos e oportunidades percebidos no cenário atual e buscou projetar, nos anos vindouros, projetos estratégicos que respondam a esses desafios. O objetivo estratégico da atual gestão é o de criar as condições para a transformação da Codeplan em uma *think tank* governamental, contribuindo para a inovação da gestão e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Distrito Federal por meio da produção de conhecimento e estatísticas e da sistematização e disseminação de dados e informações. Dessa forma, a Codeplan se insere no Plano de Governo do GDF, que se compromete a inovar o processo de gestão pública no Distrito Federal - DF.



Com a alteração do modelo institucional em médio e longo prazo, a Companhia irá reduzir os gastos com obrigações trabalhistas decorrentes do regime celetista.

Desta forma, vislumbra-se que tanto o comprometimento desta administração com a consecução das metas e resultados previstos no item 2.3 quanto a reestruturação constante da proposta de criação da autarquia, proporcionarão o fortalecimento de uma instituição de alta relevância estratégica para o Governo do Distrito Federal e sociedade.